

Congresso teme convulsão

TARCÍSIO HOLANDA

Da Editoria de Política

A esmagadora maioria dos deputados e senadores do PDS, refletindo um estado de espírito latente dentro do Congresso Nacional, está amargando a expectativa de eclosão de uma crise, que já tem data marcada para agosto ou setembro, reconhecendo a impotência da instituição legislativa para tomar qualquer iniciativa eficaz capaz de encaminhar uma solução para os graves problemas do momento — econômicos, sociais, políticos e institucionais.

A par do universo complexo de problemas que se abatem sobre o país, ameaçando o próprio processo de abertura democrática, existe um complicador a mais, que é o estado de saúde do Presidente da República. Segundo informações fidedignas, oriundas do núcleo de maior intimidade com o Presidente da República, o General Figueiredo sofre de um bloqueio progressivo no seu sistema coronário e a operação se impõe, senão urge, para evitar que sobrevenha um acidente sério.

RUMORES

A consciência da gravidade da crise política, econômica, social e institucional e o conhecimento desses problemas que comprometem a saúde do Presidente produziram uma onda de boatos no país, como sempre mais intensos no eixo Rio-São Paulo-Brasília, alimentando-se a cadeia de rumores da expectativa de um próximo pedido de licença do Presidente ao Congresso para

tratamento de saúde.

Ainda que ninguém no Palácio do Planalto goste de falar no assunto, tal a irritação do Presidente quando se o coloca à sua frente, a verdade é que os políticos de todos os partidos o tinham como a principal motivação para suas conversas e análises a respeito da conjuntura política brasileira e seus possíveis desdobramentos.

Colocada a hipótese do pedido de licença, invariavelmente ocorre aos políticos lembrar a situação constrangedora a que seria novamente submetido o Vice-Presidente Aureliano Chaves, manietado à testa do governo pelos compromissos éticos e a lealdade a que se impõe.

A Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) reflete uma posição bastante ortodoxa da seção pernambucana. E contra qualquer tipo de composição com o governo, defendendo a tese de que seu partido deve empunhar a bandeira da eleição direta para Presidente da República, prosseguindo na campanha de mobilização da opinião pública, esmagadoramente favorável ao voto direto na escolha do Chefe do Governo.

Cristina Tavares sustenta que a cúpula do seu partido está firmemente ancorada nessa decisão, revelando que o presidente do PMDB, Deputado Ulisses Guimarães, em recente reunião com um grupo de deputados, sentenciou que a sorte do partido está colada com a da eleição direta.

O Deputado Roberto Freire (PMDB-PE) mostra que a forte seção pernambucana do partido não está tão coesa a esse respeito. Ele defende, como homem representativo da esquerda ortodo-

xa dentro do PMDB, que seu partido não pode ignorar o agravamento de uma situação que poderá esmagar os trabalhadores e destroçar as nascentes instituições democráticas do país.

Freire alia-se, a esse respeito, com os seguidores de Tancredo Neves no antigo Partido Popular, embora negando ao Presidente Figueiredo a missão de coordenador do processo. O Presidente seria parte, num amplo acordo em que as outras forças discutiriam com ele em pé de igualdade, não apenas as formas de combater a crise e preservar a abertura democrática, como a forma mais correta de escolher o futuro Presidente da República, por consenso.

A luta está declarada, assim, dentro das oposições, mais intensamente no maior partido da área, justamente aquele que tem o maior quinhão de responsabilidade na luta pela redemocratização do país. O PMDB vive um dilema hamletiano, sacudido pelas divergências que marcam as diferentes visões do mundo de cada uma das correntes que o compõem.

A convicção de que o país marcha inelutavelmente para uma crise é generalizada no universo político, ainda que diferentes sejam as reações. No PDS cresce a convicção de que se tornará indispensável um amplo entendimento para conjurá-la, afastando as ameaças ao processo de abertura democrática pela desnecessidade do apelo à força.

Nas oposições, as reações são diversificadas. Cresce a corrente moderada, com apoio não apenas

no Partido Popular, mas em importantes segmentos da esquerda, principalmente a ortodoxa, de que os oposicionistas habitam o mesmo barco que o governo — o Brasil — e não poderão ignorar a avalanche que haverá de atingir igualmente a todos e de uma forma ainda imprevisível.

Mas, nas oposições há os que reagem de forma diversa. No PMDB, que é o mais forte partido oposicionista, a cúpula nacional, sob a orientação do Deputado Ulisses Guimarães e apoio em corrente de esquerda e setores liberais, entendem que o governo é o principal responsável pela crise, cabendo-lhe a responsabilidade pela condução das políticas adequadas para conjurá-la.

O Deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) exprime a posição de um núcleo oposicionista do Rio Grande do Sul, que resiste à idéia de um acordo:

— Se eu não participei do almoço, à mesa, porque vou pagar a conta?

Mas, o Deputado Ibsen Pinheiro, também do PMDB gaúcho, entende o problema de forma diversa. Adverte que seu partido, como nenhuma força, poderá continuar ignorando a gravidade da crise para esperar que a sua força devastadora atinja o povo e as instituições. Nesse caso, defende um entendimento em torno de certos pontos básicos para vencer a face mais cruel das dificuldades, sem barganha, mantendo-se o seu partido na defesa dos mesmos princípios que defende, como a eleição direta ou o combate ao achatamento salarial dos trabalhadores.